

ACTA N.º 12/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.04.07

-----Aos sete dias do mês de Abril do ano dois mil e seis, nesta vila de Bombarral e museu municipal, realizou-se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor Presidente da Câmara Luís Alberto Camilo Duarte, dos senhores Vereadores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins, João Carlos Barreiras Duarte, António Joaquim Correia Fialho Marcelino, José João Jesus Ferreira, Mário Gomes Morgado e Bruno António Martins Santos.-----

-----Secretariou a reunião o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Esteve igualmente presente a senhora Chefe da Divisão Financeira Regina Paula Aires. -----

-----Pelas 18.00 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião.

ORDEM DO DIA

0428. ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2006: -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor Presidente da Câmara sensibilizou os membros do executivo para a necessidade de cumprimento do regimento das reuniões de Câmara nomeadamente quanto aos tempos de intervenção, atendendo à importância dos documentos em apreciação. Vão hoje discutir, analisar e possivelmente votar as grandes opções do plano para 2006. Os partidos representados neste executivo foram ouvidos previamente para análise dos documentos no âmbito do que pretende ser uma cultura democrática. Inclusivamente abordaram o representante do CDS-PP na Assembleia Municipal e enviaram-lhe os documentos. Nas reuniões preparatórias houve a tentativa de inserir propostas desde que viáveis. A CDU fez um conjunto de propostas que foram consideradas na sua plenitude na área da educação. Da parte do PS não ficaram propostas formais. Leu a seguinte nota introdutória. “As autarquias locais desempenharam, em Portugal, um papel fundamental na satisfação de necessidades colectivas. Ao longo do tempo as atribuições e competências das autarquias locais têm vindo a aumentar, destacando-se, agora, claramente, preocupações e políticas tendentes à melhoria da Qualidade de Vida das Populações, do correcto e sustentável Ordenamento do Território, do apoio aos Idosos e aos Jovens com prioridades na área da política da Habitação Social e da Educação, sendo previsível que esta tendência se mantenha no futuro mais próximo. O Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, vem definir as regras e procedimentos a ter em consideração na elaboração das contas das Autarquias Locais, definindo o sistema contabilístico como "um conjunto de tarefas e registos através do qual se processam as operações como meio de manter a informação financeira e envolve a identificação, a agregação, a análise, o cálculo, a classificação, o lançamento nas contas, o resumo e o relato das várias operações e acontecimentos”. Os Documentos Previsionais a adoptar são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento. As Grandes Opções do Plano incluem o Plano Plurianual de Investimentos, adiante designado por PPI, e as Actividades Mais Relevantes da Gestão Autárquica. O PPI é um documento, com um horizonte para quatro anos, que se vai adequando no tempo à medida que vai sendo executado; inclui todas as despesas orçamentais a realizar por investimentos, os quais são inscritos por projectos. Os projectos são agrupados em programas, e estes integram-se em objectivos, os quais correspondem às grandes áreas de intervenção

ACTA N.º 12/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.04.07

autárquica. Por isso, é com uma atitude de grande responsabilidade perante os Bombarralenses que vos apresento o Orçamento e PPI para 2006, o qual constitui o primeiro passo para um objectivo claro e incontornável: concretizar, ao longo deste mandato, os compromissos assumidos com os eleitores deste concelho. Não se trata de uma varinha mágica que resolverá todos os problemas; nem sequer está perto do que consideramos ideal para sustentar e apoiar a nossa acção. Trata-se de um instrumento que assume com frontalidade e realismo a situação do Município, bem conhecida de todos, e que releva o nosso esforço e determinação em, numa primeira fase, reorganizar a máquina administrativa, equilibrar as contas, manter o andamento das obras em curso e colmatar as lacunas mais gritantes da acção autárquica. Mas não esquecemos a promessa de um futuro e estamos já a lançar as sementes do que virão a ser os projectos-âncora que nos garantirão dias melhores. A grande prioridade, que define, claramente, a estratégia deste Executivo ao aprovar estes Documentos, vai para a consolidação orçamental, com uma grande preocupação e rigor na contenção da despesa e na alteração de procedimentos e atitudes tendentes a alterar o despesismo que estava instalado na organização e funcionamento da Autarquia. O Planeamento Urbanístico, o Ordenamento do Território, a Educação, a Habitação e uma aposta clara e decisiva no Desenvolvimento Económico com projectos muito significativos e importantes no sentido de transformarem o Concelho do Bombarral e de o levarem a assumir a liderança do desenvolvimento económico sustentável da Região Oeste com a concretização e implementação da Zona Industrial do Oeste – ZIO – na qual o nosso Concelho possui uma área de 440 ha especialmente localizados numa região estratégica de apoio ao futuro Aeroporto da Ota, que é, hoje, inquestionavelmente, uma realidade regional de grande impacto no nosso Concelho. Os instrumentos que vos apresento resultam de um esforço conjunto de uma vasta equipa, de autarcas e funcionários, foram sujeitos a inúmeras revisões e ajustamentos e representam um enorme e sincero esforço de contenção ao nível da despesa, que obrigou a um redobrado esforço no sentido de conseguir o seu equilíbrio. Foi igualmente ampla a sua divulgação junto das diversas forças partidárias, junto das quais foram acolhidas diversas propostas e sugestões. Com o iniciar deste novo ciclo, foram muitas as áreas onde foi necessário agir de imediato. Encontrámos situações que estiveram perto de rotura e paralisação. Foi enorme a entrega de uma vasta equipa, que, com grande generosidade, trabalhou de imediato para suportar e ultrapassar esses problemas. Temos neste momento a base de uma estrutura organizacional que, estamos convictos, poderá dar resposta aos desafios que nos propusemos vencer. A natureza e premência das situações mais urgentes levaram a que só agora fosse possível apresentar o Plano e Orçamento. A necessidade de obter um instrumento o mais realista e adequado também dificultaram a sua execução. No entanto estamos dentro do prazo legal para a sua apresentação cumprindo todos os requisitos legais e formais. O maior grau de detalhe poderá ser obtido pela leitura dos documentos apresentados. Neles estão espelhadas as nossas opções e estratégias. Evidenciam-se com clareza as nossas preocupações com o Desenvolvimento Económico, Educação, Área Social, Requalificação Urbana, Ordenamento do Território e com a Modernização Administrativa. VISTO A PREVISÃO DAS RECEITAS DETERMINAR A CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DA AUTARQUIA E DESTE MODO FIXAR O LIMITE DE

ACTA N.º 12/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.04.07

DESPESAS, houve a necessidade de programar, em termos de investimento e actividades mais relevantes, todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos, com grande incidência na área do planeamento estratégico e modernização administrativa, já que os mesmos são determinantes no desenvolvimento sustentado do Concelho. O PPI 2006-2009 apresentado, perspectiva-se para 2006 com um total de investimento de € 10.218.903,00 (€ 8.484.587,72 em 2005), existindo uma comparticipação financeira relativa a fundos comunitários, contratos-programa com a Administração Central e outros (POSI e PRODEP) de apenas de € 3.200.491,00. Em termos de projectos e actividades previstas para o presente ano, todas as áreas de actuação da Câmara Municipal receberam um destaque adequado, no entanto e comparativamente ao ano transacto, deu-se um desenvolvimento especial às seguintes actividades Municipais: -----

- Administração Geral € 1 276 362,00 - (€ 1 284 122,00 em 2005)
- Educação € 526 700,00 - (€ 514 378,00 em 2005)
- Habitação € 470 000,00 - (€ 282 381,00 em 2005)
- Ordenamento do Território € 1 616 306,00 - (€ 1 169 387,00 em 2005)
- Abastecimento de Água € 2 323 555,00 - (€ 1 220 513,00 em 2005)
- Resíduos Sólidos € 346 288,00 - (€ 304 175,00 em 2005)
- Desporto, Recreio, Lazer € 2 333 939,00 - (€ 1 223 451,00 em 2005)

Mas este documento reflecte, também, a situação financeira em que vivemos, é uma situação crítica, consequência de grandes investimentos que ainda se mantêm para 2006; da redução drástica de receitas previstas em 2005 e que não se concretizaram e da falta de solidariedade dos Governos Centrais. O ano de 2006 vai ser um ano difícil na gestão autárquica, tendo em conta a pesada herança financeira: os encargos assumidos com entidades, colectividades e instituições. Trata-se de um Orçamento de contenção no que respeita a despesas. É um Orçamento ajustável ao primeiro ano de mandato, ou seja, a intenção é equilibrar as contas da autarquia durante o ano de 2006. Embora o Orçamento para 2006 seja superior ao do ano passado, neste primeiro ano não se verificarão grandes investimentos. 2006 será um ano de elaboração de estudos e de definição de projectos, que irão permitir, nos próximos três anos de mandato, que se possam concluir esses mesmos projectos. Com um Orçamento global de € 18 436 286,00; € 7 044 639,00 referente a despesas correntes e € 11 391 647,00 a despesas de capital, a contenção da despesa reflecte-se não só, pelo facto das despesas correntes representarem 38% da totalidade das despesas bem como pelo aumento, modesto, muito contido, comparativamente ao previsto em 2005 de € 196 362,00, sabendo que se tem uma dívida de despesa corrente de € 1 002 340,51. Despesas com pessoal, incluindo senhas de presença representa 44% das despesas correntes, traduzindo-se em mais 0,23 % que em 2005; 41% em aquisição de bens e serviços, mais 9,57% que em 2005; 5,5 % com transferências correntes, menos 30,5% que em 2005; 1,76% com encargos financeiros, mais 23% que em 2005; 7,9% com actividades mais relevantes, mais 17,8% que em 2005). No que respeita a receitas, e apesar dos cortes orçamentais do Estado, para além da receita estrutural, prevêem-se receitas extraordinárias na ordem € 4 900 000,00, receitas essas que se referem, exclusivamente, à venda de património como forma de

ACTA N.º 12/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.04.07

equilibrar as contas da autarquia durante o ano de 2006. Acresce ainda referir, que para efeitos de acesso a novos empréstimos de médio e longo prazo, o Município de Bombarral possui uma capacidade de endividamento disponível para o ano de 2006 o montante de € 511 854,00, segundo informação oficial da Direcção Geral das Autarquias Locais. Apesar e para além deste quadro de dificuldades, o Bombarral vive um período importante e decisivo no que respeita às perspectivas de desenvolvimento. A simplificação da estrutura camarária e dos procedimentos municipais é um imperativo que desde já iniciamos, visando poupar tempo e dinheiro ao munícipe. Queremos cuidar com esmero da limpeza, da requalificação ambiental dos espaços públicos, da promoção do investimentos e para isso temos objectivos ambiciosos e uma estratégia definida, baseada nas virtudes do planeamento e no equilíbrio urbanístico. Queremos dar um sinal claro de retoma da confiança e de acreditar nas potencialidades do nosso Concelho e das nossas gentes, habituadas a vencer grandes desafios, como os que se deparam, actualmente, à nossa Autarquia de melhoria da qualidade de vida das nossas populações e de grande incentivo ao desenvolvimento económico. Antevêem-se oportunidades de grandes investimentos produtivos, geradores de riqueza e indutores de crescimento e desenvolvimento económico e social, transformando o nosso Concelho no Concelho líder do desenvolvimento económico da Região Oeste. Vamos vencer estas dificuldades, com determinação e inteligência; pedindo a colaboração dos técnicos e trabalhadores da Autarquia e a compreensão (que esperamos) dos eleitos e da Sociedade Bombarralense. Neste contexto, a aprovação deste Plano e Orçamento é indispensável para garantirmos o desenvolvimento da actividade da Câmara assegurando o desenvolvimento junto das populações. Por isso proponho e peço a sua aprovação aos Senhores Vereadores e Membros da Assembleia como uma medida decisiva para o bem do Bombarral. Diz um provérbio chinês que todas as grandes caminhadas começam por um pequeno passo. Trata-se aqui de dar um primeiro passo. Se a caminhada vai ser grande isso só depende de nós. De todos.”----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Fialho Marcelino lembrou que o PS disse que faria na reunião de Câmara as propostas de alteração ao orçamento, o que teve a concordância do senhor Presidente da Câmara. Não gostou da conversa inicial do senhor Presidente da Câmara sobre o tempo. Se assim for tem de se cumprir o regimento também nas reuniões ordinárias, nomeadamente cumprindo a hora de início das reuniões e marcando falta a quem chegar atrasado. Com esta atitude do senhor Presidente da Câmara prescinde das duas intervenções a que tem direito. Tinha muitas questões para colocar, mas assim não vale a pena. Nunca foi este o espírito das reuniões. -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Mário Morgado disse não se ir alargar em pormenores porque tiveram ocasião de colocar as questões na reunião que lhes foi facultada. Não deixaram de fazer sugestões que não foram aceites que tinham a ver com as situações de obras já concluídas e não liquidadas não aparecerem nas grandes opções do plano. Quanto à justificação política considerou que ao longo do texto, que compreende ter algum discurso de optimismo, chega a atingir especulação sobre o que é a realidade que todos conhecem. O senhor Presidente da Câmara teve imaginação para fazer quase um poema bem orquestrado. A justificação dá grande

ACTA N.º 12/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.04.07

ênfase ao desenvolvimento económico sustentado do concelho. Mais uma vez a ZIO é apresentada como grande prioridade, mas em termos de plano e orçamento não vê isso traduzido em qualquer acção prática. Lembrou ao senhor Presidente da Câmara a proposta do PS que aprovou a criação do gabinete de apoio ao empresário, que não se reflecte aqui minimamente. Em termos de PPI faz referência às dificuldades financeiras e a toda a contenção que é preciso fazer mas também aponta para um desenvolvimento sustentado e isso implica que o concelho comece a ter um caminho traçado começando-se a lançar ideias para os anos futuros. O próprio plano estratégico tem propostas que podiam ser agarradas e nem uma foi contemplada. O senhor Presidente da Câmara também tinha falado em parques eólicos e fotovoltaicos, que aqui não se vêem resultados. A estes documentos faltou um toque de coragem para assumir a verdadeira razão que justifica este orçamento, ou seja as dificuldades financeiras que o município atravessa. Quem os lê fica a pensar que uma coisa sustenta a outra, mas a realidade não é essa. Não condena a esperança que deve transparecer de um documento destes, mas devia assumir-se a realidade da situação económica. Assim as verbas apresentadas tornam-se enganadoras porque já estão tapadas pela dívida, mas isso não se reflecte no texto. Os únicos eventos com disponibilidade própria são o Festival do Vinho e o Dia Mundial da Criança. Mais uma vez estes documentos reflectem bem a ausência de anúncio de linhas de desenvolvimento estratégico para o concelho. Este não é o plano e orçamento que satisfaçam a CDU, capaz de traçar um rumo que todos desejariam para o concelho. São levados a compreender que face à situação herdada de vários anos e várias responsabilidades de vários partidos políticos que conduziram o município à situação difícil em que se encontra hoje. Não se lhes afiguram grandes alternativas que não sejam assumir os compromissos financeiros em dívida e obras já contratualizadas porque a Câmara Municipal tem de ser uma entidade de bem e honrar os seus compromissos. Não pode deixar de considerar que mais uma vez têm um orçamento inflacionado que não vai ser possível cumprir porque está claramente acima das possibilidades reais da autarquia. O benefício da dúvida relativamente a estes documentos resulta do factor de querermos contribuir para reduzir a dívida, equilibrar financeiramente a autarquia e salvaguardar os compromissos já existentes, daí a CDU não inviabilizar o plano e orçamento. -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Fialho Marcelino disse que apesar d éter afirmado que prescindia das suas duas intervenções, considera que é importante a sua colaboração na discussão do orçamento pois face à declaração inicial o senhor Presidente da Câmara alterou o seu comportamento.-----

-----Os senhores vereadores Bruno Santos, Gabriel Martins e Fialho Marcelino colocaram diversas questões sobre as rubricas do orçamento, tendo as mesmas sido respondidas pelo senhor Presidente da Câmara, vereador Mário Morgado e Chefe da Divisão Financeira. -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Gabriel Martins lembrou que aquando da reunião com o PS para apresentação da proposta de orçamento e PPI, alguém perguntou pelo senhor Albuquerque, o que o senhor Presidente da Câmara levou a mal, mas a pergunta era pertinente e ainda hoje o senhor Presidente da Câmara deu razão a essa questão. Sabem das dificuldades do município que foram sendo criadas

ACTA N.º 12/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.04.07

ao longo dos últimos 12 anos e foram sempre alertando para isso. A situação não é nova. O que é preocupante neste orçamento e PPI é que em termos de nota introdutória se reflecte um conjunto de preocupações e tenta-se trazer uma esperança que não encontra qualquer correlação no PPI, onde se contam pelos dedos de uma mão as situações que têm continuidade nos anos seguintes. Isto reflecte não haver qualquer estratégia. Ninguém faz milagres, mas é evidente que tem de haver uma estratégia de gestão do município para os próximos 4 anos, para haver uma indicação sobre o sentido em que se vai desenvolver o concelho. Se o IV quadro Comunitário de Apoio já estivesse em vigor, o senhor Presidente da Câmara não tinha nada para apresentar. O senhor Presidente da Câmara devia apresentar em início de mandato quais são as suas opções, ainda que não lhes desse início este ano. Era isso que os munícipes esperavam ao terem mudado o primeiro protagonista do concelho. Exemplo mais flagrante é a ZIO. A sua implementação pode ter várias cambiantes, mas onde é que o senhor Presidente da Câmara pode dizer que a ZIO é um investimento estratégico para o concelho? Não pode porque não está plasmado no PPI. O senhor Presidente da Câmara não lhes dá horizonte. Não define investimentos e como tal não os prioriza. O senhor Presidente da Câmara dirá que a situação financeira não o permite e vai ser um mero liquidatário e gestor de falência. É quase isso que o senhor Presidente da Câmara está a fazer. O senhor Presidente da Câmara não se preocupa em apontar uma estratégia. O senhor Presidente da Câmara dirá que não tem condições, mas como qualquer liquidatário devia apresentar um plano de reestruturação financeira para reduzir o serviço da dívida e as despesas com juros para poder realizar investimentos, mas isso não acontece. O senhor Presidente da Câmara fala em esforço de contenção mas isso não passa em lado nenhum. O senhor Presidente da Câmara diz que há um aumento moderado da despesa corrente em relação ao previsto em 2005, mas o que interessa é em relação ao executado porque aí o aumento da despesa corrente é muito maior. Não existe esforço de contenção nem controlo da despesa. Tinha que se apresentar aqui um plano de redução drástica da despesa. Depois das várias críticas feitas ao longo dos anos, como habitualmente aparece a receita da venda de terrenos, sabendo-se que a mesma não vai ser realizada. Existe ausência de critérios na gestão e no planeamento. É necessário concretizar a mensagem de esperança que o senhor Presidente da Câmara afirma no preâmbulo que depois não surge nos outros documentos. Há também a questão das promessas eleitorais. Quando andava em campanha eleitoral, as promessas feitas pelo PS eram promessas que sabia poder cumprir. As promessas escritas e não escritas do PSD deviam constar do PPI e não aparecem neste documento. Não vê o quartel dos bombeiros voluntários, agenda local 21, abastecimento de água para a agricultura, terreno da feira, escola profissional As Palmeiras, alargamento de horário do centro de saúde, o piso sintético do campo de jogos do SCEB. O senhor Presidente da Câmara termina com uma afirmação de Mao Tse Tung – “as grandes caminhadas começam por um pequeno passo”, mas não vê aqui passo nenhum. Espera que essa caminhada não corra o risco de não se iniciar e não termine como a caminhada de Mao Tse Tung numa grande purga. Ao preocupar-se com a prestação do Presidente da Câmara está preocupado com a prestação do concelho. A estas preocupações acresce outra. Os vereadores do PS desde o início mostraram abertura para

ACTA N.º 12/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.04.07

trabalharem em prol do concelho e só estariam disponíveis para aceitar pelouros após a apresentação do orçamento. Lamenta que o senhor Presidente da Câmara hoje não tenha tido qualquer preocupação em trazer a resposta sobre os pelouros não disponíveis, porque perceberá que tal era essencial para a sua posição em relação a este orçamento, sem a qual estão impedidos de tomar posição. O senhor Presidente da Câmara não se deve admirar com o que se passar porque de forma polida acaba de fechar a porta.-----

PROLONGAMENTO DA REUNIÃO: Pelas 21.00 horas foi deliberado por unanimidade prolongar a reunião por mais 1 hora.-----

-----**INTERVENÇÃO:** O senhor Presidente da Câmara disse que o orçamento hoje apresentado nunca seria o orçamento que proporia partindo de um orçamento zero. Há um conjunto de compromissos financeiros e a situação difícil em que a Câmara se encontra obriga a fazer a proposta hoje em cima da mesa. Apesar dessa situação há opções tomadas a nível da proposta que têm a ver com a qualificação e planeamento de espaços urbanos, controlo da despesa e tentativa de equilíbrio da tesouraria para nos próximos anos poder haver capacidade de corresponder aos desafios do novo quadro comunitário de apoio, propostas nas áreas da educação e acção social, necessidade de requalificação urbana, tudo com as limitações impostas pela situação financeira do município e pelos constrangimentos assumidos pelos últimos governos. Para além da diminuição drástica das receitas municipais, o governo tomou medidas restritivas em relação às autarquias. O aumento com pessoal é de 0,23% e o actual governo impôs um aumento de descontos em mais 3% e aumento os vencimentos em mais 1,5%. Inclusivamente relativamente ao que são as opções a Câmara Municipal tem sido bem informada. Sabe que na oposição se assume um papel milagreiro, mas é com a realidade que vão ter de gerir o município. O controlo da despesa está a ser feito ao milímetro e já se reflecte mensalmente. Quanto ao quartel dos Bombeiros Voluntários, ainda ontem teve uma reunião relacionada com a construção do futuro tribunal, onde o senhor Governador Civil lhe disse que não se deviam preocupar neste momento com o novo Palácio de Justiça mas sim com a manutenção da actual comarca. Ontem o Presidente da ARS centro apresentou a estratégia do governo de forma rigorosa e sem margem para dúvidas. Vão acabar com todos os SAP's e vai depender da dinâmica das direcções dos centros de saúde o haver flexibilidade de horários para servir os utentes sem listas de espera. Sobre a agenda 21 local, também informou a Câmara que numa reunião com a Associação Real 21 ficou acordado que iriam apresentar uma proposta de colaboração e parceria para desenvolvimento desta agenda. Há um conjunto de investimentos que estão de forma permanente a ser procurados para o concelho. Estão a procurar entidades privadas que queiram investir na ZIO e a outro nível junto da AMO, apostando na competitividade e desenvolvimento económico. Milagres ninguém faz. A Câmara Municipal é uma pessoa de bem e tem de manter os compromissos assumidos. Não tem a menor dúvida de que todos os presentes, se tivessem a responsabilidade, estavam a apresentar este mesmo orçamento. Esta é a realidade nua e crua do concelho, a que ninguém consegue fugir. Da parte desta Câmara Municipal tem havido o máximo de informação sobre a situação financeira, como nunca houve até hoje. Se segunda-feira tiverem tempo vão ter na reunião de Câmara os auditores financeiros.-----

ACTA N.º 12/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.04.07

-----Colocados os documentos à votação, votaram a favor o senhor Presidente da Câmara, o senhor vice-Presidente da Câmara e o senhor vereador José João ferreira, absteve-se o senhor vereador Mário Morgado e votaram contra os senhores vereadores Gabriel Martins, Fialho Marcelino e Bruno Santos. O senhor Presidente da Câmara usou o voto de qualidade para aprovar a proposta de orçamento, grandes opções do plano e plano plurianual de investimentos para 2006 e remetê-las à Assembleia Municipal.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO: O senhor vereador Gabriel Martins declarou que: “ O PS votou contra a aprovação desta proposta de orçamento para 2006, em virtude dele não revelar qualquer estratégia de condução do Bombarral nos próximos 4 anos. Não foi apresentada no PPI ou nas declarações da presente reunião, qualquer priorização dos investimentos no próximo quadriénio que leve a perceber quais as prioridades. Devido às dificuldades que o município atravessa também não é apresentado qualquer plano de reestruturação financeira que diminua o serviço da dívida ou qualquer plano de contenção das despesas. Quanto à situação financeira, apesar de ser conhecida antes das eleições por todos os candidatos, houve um instrumento que faltou, que foi o relatório da auditoria financeira que não foi até hoje apresentado. Levou quatro meses a ser adjudicado, quando devia ter sido apresentado antes da elaboração do orçamento. Quem já esteve na oposição e agora está à frente da Câmara tem de agir com coerência. O PS fala sempre da mesma maneira, quer estivesse na oposição, quer a gerir o concelho. Na campanha foram feitas promessas que se constata que o PSD não tem condições para cumprir. O PSD não revela qualquer capacidade de gestão que permita resolver os problemas da autarquia. A forma de provar o que está a dizer, será a constatação aquando da apresentação do relatório e contas de 2006. Espera que quem viabilizou este orçamento saiba fazer um acto de contrição reconhecendo o seu erro. Em face deste orçamento parece-lhe que o PSD se devia apresentar novamente a eleições.-----

-----Pelas 21.30 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário municipal que a lavrou.-----

O Presidente da Câmara:

O Funcionário: